

## MEMÓRIAS DA PLANTAÇÃO

## SUMÁRIO

Agradecimentos

Carta da autora à edição brasileira

### INTRODUÇÃO

Tornando-se Sujeito

#### 1. A MÁSCARA

Colonialismo, Memória, Trauma e Descolonização

#### 2. QUEM PODE FALAR?

Falando no Centro, Descolonizando o Conhecimento

#### 3. DIZENDO O INDIZÍVEL

Definindo o Racismo

#### 4. RACISMO GENDERIZADO

“(…) Você gostaria de limpar nossa casa?” – Conectando “raça” e gênero

#### 5. POLÍTICAS ESPACIAIS

1. “De onde você vem?” – Sendo colocada fora da nação

2. “(…) Mas você não pode ser alemã” – Fantasias coloniais e isolamento

3. “(…) Querem ouvir uma história exótica” – Voyeurismo e o prazer da Outridade

#### 6. POLÍTICAS DO CABELO

4. “(…) As pessoas costumavam tocar meu cabelo!” – Invadindo o corpo negro

5. “Com licença, como você lava seu cabelo?” – Fantasias sobre sujeira e domesticação colonial

6. “(…) Eu e meu cabelo natural” – Cabelo, mulheres negras e consciência política

7. “Ele cheirou meu cabelo e fez essa associação... com macacos” – Fantasias selvagens brancas, amor e a Vênus negra

#### 7. POLÍTICAS SEXUAIS

8. “Wer hat Angst vor dem schwarzen Mann?” – O Complexo de Édipo,

matando o homem *negro* e seduzindo a mulher *negra*

9. “(...) Como se nós fôssemos pegar seus homens ou suas crianças” –

Fantasia sobre a prostituta *negra* vs. A “mãe *negra*”

10. “Eu era [competição] para ela, porque eu era *negra*, como sua criança” – Mulheres *negras*, crianças *negras*, mães *brancas*

## **8. POLÍTICAS DA PELE**

11. “Bom, mas para mim você não é *negra*!” – Fobia racial e recompensa

12. “Meus pais adotivos usavam a palavra N. o tempo todo. Para mim eles usavam a palavra M. ...” – Racismo dentro da família

13. “Eu não queria ser vista como uma N., como elas eram – Deturpação e identificação

## **9. A PALAVRA N. E O TRAUMA**

14. “Que N. linda!” – A palavra N. e o trauma

15. “Que pele linda... Eu também quero ser uma N. ...!” – Inveja e desejo pelo *sujeito negro*

16. “Você sente essa dor nos seus dedos” – A dor indizível do racismo

17. “Todo mundo é diferente (...) E isso torna o mundo maravilhoso...” – O teatro do racismo e sua triangulação

## **10. SEGREGAÇÃO E CONTÁGIO RACIAL**

18. “*Branças/os* de um lado, *negras/os* do outro” – Segregação racial e fantasias *brancas* de contágio racial

19. “O bairro onde eu estava morando era *branco*” – Atravessando as fronteiras e hostilidade

## **11. PERFORMANDO NEGRITUDE**

20. “Se eu fosse a única estudante *negra* na sala, eu tinha, de certa forma, de representar o que aquilo significava” – Performando perfeição e representando a “raça”

21. “Mas de onde vêm seus avós e seus bisavós?” – Vindo para a Alemanha

22. “Estrangeiras/os aqui têm a vida mais fácil do que presidiárias/os” – Confissões racistas e agressão

## **12. SUICÍDIO**

23. “Minha mãe cometeu suicídio (...) Eu acho que ela estava muito solitária em nossa cidade” – Racismo, isolamento e suicídio

24. “As grandes mães da ‘raça’ *negra*” – A “mulher *negra* superforte” e

o sofrimento silencioso

### **13. CURA E TRANSFORMAÇÃO**

25. “Aquelas bonecas, você as vê se você for a casas grandes no Sul” –

Objetos colonias e a transformação dos espaços

26. “Eu tive de ler muito, aprender, estudar (...) Encontrar outras pessoas negras” – Descolonizando o eu e o processo de desalienação

27. “Pessoas negras me cumprimentavam na rua...” – Reunindo os fragmentos do colonialismo

28 “(...) Sistah, ele disse” – Mama Africa e reparação traumática

### **14. DESCOLONIZANDO O EU**

Referências bibliográficas

## AGRADECIMENTOS

### Agradeço profundamente

A *Alicia e Kathleen* – nomes fictícios – que compartilharam suas histórias muito pessoais, memórias, alegrias e injúrias comigo na forma de entrevistas, fazendo este livro possível.

A *todos os meus alunos e a todas as minhas alunas*, que todas as quartas-feiras me entusiasmaram com suas perguntas, observações e pensamentos brilhantes, bem como com sua dedicação e comprometimento.

A *Irmgard Stauble*, minha primeira mentora, por sua sabedoria, gentileza e inspiração, bem como por seus esforços incansáveis para me motivar a escrever e a concluir este livro.

A *Paul Mecheril*, meu segundo mentor, por seu conhecimento, humor e revelações sagazes.

A *Katharina Oguntoye*, por seu sorriso constante, encorajamento e políticas.

A *Ursula Wachendorfer*, por suas ideias emocionantes, sensibilidade e discussões.

A *Amy Evans*, minha querida amiga, que me inspira há muito tempo, por seus belos escritos, sua dedicação e apoio amoroso.

A *Anne Springer*, minha psicanalista, que cuida da minha vida emocional, feridas, raiva e decepções, me dando as ferramentas para usá-las como um recurso para recriar uma existência feliz.

A *Fábio Maia*, meu babalorixá, que cuida da minha vida espiritual, nutrindo minha alma, meus antepassados e meus Orixás com cuidado, sabedoria e amor.

A *Oxalá* ou *Obatalá*, meu primeiro Orixá, por me mostrar como usar sua serenidade, paz, clareza e sabedoria como orientação na minha vida e trabalho.

A *Yemanjá*, minha segunda Orixá, por me mostrar como usar seu amor e sua assertividade como ferramentas criativas.

A *Oxóssi*, meu Orixá Odú, por me mostrar como capturar meus sonhos com determinação e crença, como uma caçadora.

A *Oya*, minha Orixá de devoção, por me mostrar como usar sua força para lutar pela igualdade e pelo respeito.

E a *minha família*: meu pai que, com muito amor, sempre me dizia para me tornar uma mulher *negra* independente e digna. E minha mãe, que me mostrou o que significa ser essa mulher. A minha avó, Vó, meus irmãos, *Zé*, *Pedro* e *Gonçalo*, e às minhas irmãs, *Patrícia* e *Júlia*. E, claro, ao pequeno *André*, ao pequeno *Keziah* e ao pequeno *Noah*.



## CARTA DA AUTORA À EDIÇÃO BRASILEIRA

Lancei este livro há precisamente dez anos, em Berlim, onde vivo ainda hoje. Naquela altura, tive a sorte ou o destino de ganhar uma das bolsas mais honrosas do governo alemão, para um doutoramento. Isto pouco depois de concluir os meus estudos em Lisboa, onde, ao longo de vários anos, em grande isolamento, fui a única estudante *negra* em todo o departamento de psicologia clínica e psicanálise. Nos hospitais onde trabalhei, durante e após os meus estudos, era comum ser confundida com a *senhora da limpeza*, e por vezes os *pacientes* recusavam-se a ser vistos por mim ou a entrar na mesma sala e ficar a sós comigo. Deixei Lisboa, a cidade onde nasci e cresci, com um imenso alívio.

Não havia nada mais urgente para mim do que sair, para poder aprender uma nova linguagem. Um novo vocabulário, no qual eu pudesse finalmente encontrar-me. No qual eu pudesse ser *eu*.

Cheguei a Berlim, onde a história colonial alemã e a ditadura imperial fascista também deixaram marcas inimagináveis. E, no entanto, pareceu-me haver uma pequena diferença: enquanto eu vinha de um lugar de *negação*, ou até mesmo de *glorificação* da história colonial, estava agora num outro lugar onde a história provocava *culpa*, ou até mesmo *vergonha*. Este percurso de consciencialização coletiva, que começa com *negação* – *culpa* – *vergonha* – *reconhecimento* – *reparação*, não é de forma alguma um percurso moral, mas um percurso de responsabilização. A responsabilidade de criar novas configurações de poder e de conhecimento.

Essa pequena mas grande diferença era com certeza a razão pela qual fui encontrar em Berlim uma forte corrente de *intelectuais negras* que haviam transformado radicalmente o pensamento e o vocabulário contemporâneo global, durante várias

décadas. Esta era a cidade onde Audre Lorde vivera durante os seus últimos anos; onde Angela Davis aparecia em público regularmente; e onde May Ayim escrevera seus livros e poemas, sem esquecer W.E.B. du Bois, que estudou e ensinou em Berlim, nos anos de 1890. E assim comecei o meu doutoramento, rodeada de espíritos benévolos e transformadores, que deixaram uma riqueza linguística e uma marca intelectual *negra*, que eu consumia entusiasticamente.

Escrevi este livro em inglês, dia e noite, enquanto vivia sozinha em Berlim, absorvida em livros que nunca tinha visto ou lido antes, acompanhada por uma série de grupos organizados de mulheres *negras*, feministas e LBTTQIA+ que revelavam uma politização absolutamente admirável. Parece-me que nunca aprendi tanto em tão pouco tempo. Foi nessa altura que passei a dar aulas em duas universidades simultaneamente, na Universidade Humboldt e na Universidade Livre, com os meus primeiros seminários dedicados às obras de bell hooks e Frantz Fanon – uma trajetória que me parecia impensável, tanto em Lisboa como em São Paulo, Luanda ou Salvador da Bahia, para uma jovem mulher *negra*, que sempre viveu no anonimato.

*Plantation Memories* é precisamente o meu doutoramento. Terminei-o com a mais alta (e rara) distinção académica, a *summa cum laude*. E escrevo isto não necessariamente por vaidade, mas muito mais para lembrar da importância de um percurso de consciencialização coletiva – pois uma sociedade que vive na *negação*, ou até mesmo na *glorificação* da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas. Nem permite que seja a responsabilização, e não a moral, a criar novas configurações de poder e de conhecimento. Só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que as *muitas* identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento: Quem sabe? Quem pode saber? Saber o quê? E o saber de quem? Para



mim, como disse, não havia nada mais urgente do que sair, para poder aprender uma nova linguagem. Um novo vocabulário, no qual eu pudesse finalmente encontrar-me. No qual eu pudesse ser *eu*. E foi neste livro que encontrei a minha primeira e nova linguagem.

O livro foi lançado no Festival Internacional de Literatura, em Berlim, no final de 2008, e a partir daí começou um itinerário de vários anos que eu nunca imaginaria: Londres, Oslo, Viena, Amsterdam, Bruxelas, Roma e Estocolmo, passando por Acra, Lagos, Joanesburgo, São Paulo e Salvador, entre muitas outras cidades. Foram precisos dez anos para chegar a Portugal e ao Brasil (onde é publicado simultaneamente) e à sua tradução na língua portuguesa. Foi um caminho longo. E, no entanto, eu sei que não poderia ter chegado antes – nem este nem tantos outros livros –, pois os comuns gloriosos e românticos discursos do passado colonial, com os seus fortes acentos patriarcais, não o permitiram. Mas chega bem a tempo.

Este livro é muito pessoal; escrevi-o para entender quem eu sou. E sinto-me profundamente feliz, grata, confesso até extasiada, quando penso nas tantas pessoas que finalmente o podem ler, numa língua (e linguagem) na qual se podem também entender e encontrar.

Escrevo esta Introdução, inexistente na versão original inglesa, precisamente por causa da língua: por um lado, porque me parece obrigatório esclarecer o significado de uma série de terminologias que, quando escritas em português, revelam uma profunda falta de reflexão e teorização da história e herança coloniais e patriarcais, tão presentes na língua portuguesa; por outro lado, porque tenho de dizer que esta tradução é maravilhosamente elaborada, pois traduz um livro inteiro apesar da ausência de termos que noutras línguas, como a inglesa ou alemã, já foram criticamente desmontados ou mesmo reinventados

num novo vocabulário, mas que na língua portuguesa continuam ancorados a um discurso colonial e patriarcal, tornando-se extremamente problemáticos. Assim, as notas de rodapé que comecei por escrever para a versão portuguesa, por revelarem o meu posicionamento como autora e por ajudarem à leitura e à reflexão da própria língua portuguesa, acabaram por ser introduzidas no próprio texto – e explicadas no glossário que se segue, por ordem cronológica de ocorrência.

Não posso deixar de escrever um último parágrafo, para lembrar que a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode representar a *verdadeira condição humana*.

## **sujeito**

No original inglês, o termo *subject* não tem gênero. No entanto, a sua tradução corrente em português é reduzida ao gênero masculino – *o sujeito* –, sem permitir variações no gênero feminino – *a sujeita* – ou nos vários gêneros LGBTQIA+ – *xs sujeitxs* –, que seriam identificadas como erros ortográficos. É importante compreender o que significa uma identidade não existir na sua própria língua, escrita ou falada, ou ser identificada como um erro. Isto revela a problemática das relações de poder e violência na língua portuguesa, e a urgência de se encontrarem novas terminologias. Por esta razão, opto por escrever este termo em itálico: *sujeito*.

## **objeto**



*Object*, assim como *subject*, é um termo que não tem gênero na língua inglesa. No entanto, a sua tradução corrente em português é também reduzida ao gênero masculino – *o objeto* –, sem permitir variações no gênero feminino – *a objecta* – ou nos vários gêneros LGBTQIA+ – *xs objetxs* –, expondo, mais uma vez, a problemática das relações de poder e violência na língua portuguesa, e a urgência de se encontrarem novas terminologias. Além disso, parece-me importante lembrar que o termo *object* vem do discurso pós-colonial, sendo também usado nos discursos feministas e *queer* para expor a objetificação dessas identidades numa relação de poder. Isto é, identidades que são retiradas da sua subjetividade e reduzidas a uma existência de *objeto*, que é descrito e representado pelo dominante. Reduzir o termo à sua forma masculina revela uma dupla dimensão de poder e violência. Por ambas as razões, opto por escrever este termo em itálico: *objeto*.

### “Outra/o”

*Other* é um termo neutro em inglês, ausente de gênero. A sua tradução em português permite variar entre dois gêneros – *a/o outra/o*. Embora seja parcialmente satisfatório, pois inclui o gênero feminino e põe-no em primeiro lugar, não deixa de o reduzir à dicotomia feminino/masculino, menina/menino, não permitindo estendê-lo a vários gêneros LGBTQIA+ – *xs Outrxs* –, expondo, mais uma vez, a problemática das relações de poder e a violência na língua portuguesa. Por estas razões, opto por escrever o termo em itálico e entre aspas: “*Outra/o*”.

### negra/o

*Black*, em inglês, é um termo que deriva do movimento de consciencialização, para se distanciar radicalmente das

terminologias coloniais correntes até os anos 1960, como *the Negro* ou *N-word*. Comumente, este termo é escrito com um B maiúsculo, *Black*, para sublinhar o fato de que não se trata de uma cor, mas de uma identidade política. A letra maiúscula também tem uma segunda função, a de revelar que este não é um termo atribuído por outros em poder, mas um termo de autodefinição, com uma história de resistência e de luta pela igualdade, afastando-se assim duplamente da nomenclatura colonial.

Este trabalho de desconstrução linguística foi também feito na língua alemã em inúmeras publicações desde os anos 1980, em que *N.* é abreviado, a fim de não reproduzir uma linguagem colonial, e *Schwarz* (*Black*, em inglês) é escrito com letra maiúscula para revelar o seu estatuto de autodefinição. Em português, no entanto, deparamos com um imenso dilema teórico, pois o termo *Black* é traduzido para *negra/o*, e embora este seja usado como um termo político na língua portuguesa, está invariavelmente ancorado na terminologia colonial e, por isso, intimamente ligado a uma história de violência e desumanização.

Como poderão ler no Capítulo 9, este termo deriva da palavra latina para a cor preta, *niger*. Mas, logo após o início da expansão marítima (na língua portuguesa ainda vulgarmente chamada de “Descobrimientos” – ora, não se descobre um continente onde vivem milhões de pessoas), a palavra passou a ser um termo usado nas relações de poder entre a Europa e a África e aplicada aos Africanos para definir o seu lugar de subordinação e inferioridade. Em português, no entanto, essa diferenciação parece não ter sido feita, pois, embora esteja intimamente ligado à história colonial, *negra/o* tem sido usado como o único termo “correto”. Para problematizar esse termo de origem colonial, opto por escrevê-lo em itálico e em letra minúscula: *negra/o*.

p.



Por outro lado, em inglês e alemão usam-se as abreviaturas *N-word* e *N.*, respectivamente, a fim de não se reproduzir a violência e o trauma que a palavra implica. Esse termo é traduzido para a língua portuguesa por *p.* (*preta/o*), que é historicamente o mais comum e violento termo de insulto dirigido a uma pessoa. Tragicamente, na língua portuguesa, o termo *p.* é usado arbitrariamente no dia a dia: ora como insulto direto, ora como forma indireta de inferiorização e objetificação – *as/os p.* Mas o termo, mais do que isso, está intimamente ligado à história das políticas de insulto e ao racismo diário na língua portuguesa. Por essas razões, para me afastar dessa terminologia racista, assim como para não reproduzir a imensa violência e o trauma que o termo envolve, opto por escrevê-lo em itálico, abreviado e em letra minúscula: *p.*

No texto a utilização das abreviaturas *N.* e *M.* em letra maiúscula é deliberada sempre que se trata de citar as mulheres entrevistadas e de analisar as entrevistas, pois trata-se de um trabalho de desmontagem da língua colonial, que ao mesmo tempo representa resistência. A abreviatura *p.* é utilizada quando cito textos de outros autores.

### ***m. (mestiça/o), m. (mulata/o), c. (cabrita/o)***

Na língua portuguesa, nos deparamos quase com a ausência de um termo que não esteja nem ancorado à terminologia colonial (*negra/o*) nem à linguagem racista comum (*p.*) ou a uma nomenclatura animal. Quanto a esta, confrontamo-nos com uma longa lista de termos, frequentemente usados ainda hoje na língua portuguesa, que têm a função de afirmar a inferioridade de uma identidade através da condição animal. São termos que foram criados durante os projetos europeus de escravatura e colonização, intimamente ligados às suas políticas de controle da reprodução e proibição do “cruzamento de raças”, reduzindo as “novas

identidades” a uma nomenclatura animal, isto é, à condição de animal irracional, impuro.

Estes termos de nomenclatura animal foram altamente romantizados durante o período de colonização, em particular na língua portuguesa, onde são ainda usados com um certo orgulho. Esta romantização é uma forma comum da narrativa colonial, que transforma as relações de poder e abuso sexual, muitas vezes praticadas contra a mulher *negra*, em gloriosas conquistas sexuais, que resultam num novo corpo exótico, e ainda mais desejável. Além disso, esses termos criam uma hierarquização dentro da *negritude*, que serve à construção da *branquitude* como a condição humana ideal – acima dos seres animalizados, impuras formas da humanidade. Os termos mais comuns são: *m.* (*mestiça/o*), palavra que tem sua origem na reprodução canina, para definir o cruzamento de duas raças diferentes, que dá origem a uma cadela ou um cão rafeira/o, isto é, um animal considerado impuro e inferior; *m.* (*mulata/o*), palavra originalmente usada para definir o cruzamento entre um cavalo e uma mula, isto é, entre duas espécies animais diferentes, que dá origem a um terceiro animal, considerado impuro e inferior; *c.* (*cabrita/o*), palavra comumente usada para definir as pessoas de pele mais clara, quase próximas da *branquitude*, sublinhando porém a sua *negritude*, e definindo-as como animais.

O que é particular a toda essa terminologia é o fato de estar ancorada num histórico colonial de atribuição de uma identidade à condição animal. Por essas razões, opto por escrevê-la em itálico e abreviada: *m.*, *m.*, *c.*

### **escravizada/o**

Na minha escrita, uso o termo “escravizada/o”, e não *escrava/o*, porque “escravizada/o” descreve um processo político ativo de

desumanização, enquanto *escrava/o* descreve o estado de desumanização como a identidade natural das pessoas que foram escravizadas. No entanto, o termo aparece por vezes de forma figurativa; nesses casos, opto por escrevê-lo em itálico: *escrava/o*.

## **subalterna**

O termo inglês *subaltern* não tem gênero. No entanto, o título do importante trabalho de Gayatri C. Spivak, *Can the Subaltern Speak?*, é comumente traduzido na língua portuguesa para *Pode o subalterno falar?*, adotando o gênero masculino. Tendo em conta que Spivak é uma mulher, teórica, filósofa e crítica de gênero da Índia que tem feito uma das contribuições mais importantes para o pensamento global, revolucionando os movimentos feministas com a sua escrita. A redução do seu mais importante termo, *Subaltern*, ao gênero masculino na língua portuguesa é duplamente problemática. Por isso, opto por escrever o termo na sua forma feminina: *subalterna*.

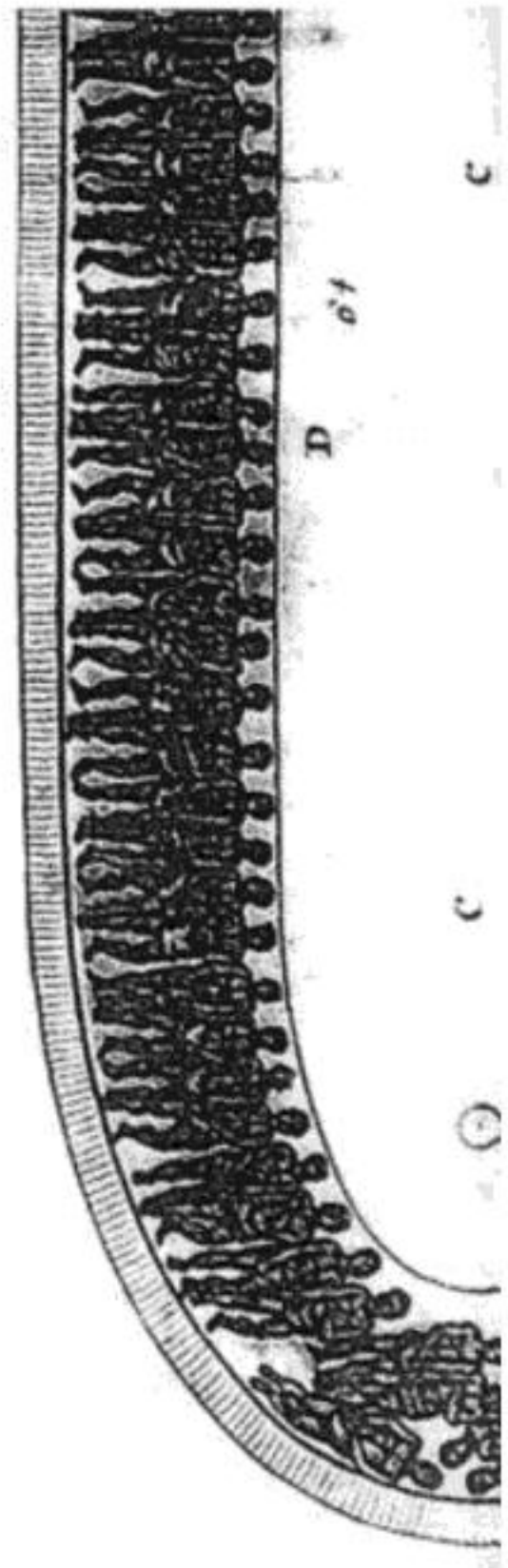
Parece-me que não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma nova linguagem. Um vocabulário no qual nos possamos todas/xs/os encontrar, na condição humana.

Com um abraço,

GRADA KILOMBA  
*Berlim, 23 de janeiro de 2019*

**Para Kiluanji, Kianda e Moses.**





**Em memória de Nossas e Nossos Ancestrais.**

## INTRODUÇÃO

### TORNANDO-SE SUJEITO

Por que escrevo?  
Porque eu tenho de  
Porque minha voz,  
em todos seus dialetos,  
tem sido calada por muito tempo

JACOB SAM-LA ROSE<sup>1</sup>

Este é um dos meus poemas favoritos. Eu o li mais de mil vezes, de novo e de novo. E cada vez que o leio, parece que toda minha história está resumida nele. Esses cinco versos curtos evocam de modo bastante habilidoso uma longa história de silêncio imposto. Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes. Tudo isso parece estar escrito lá. Ao mesmo tempo, este *não* é apenas um poema sobre a perda contínua causada pelo colonialismo. É também um poema sobre resistência, sobre uma fome coletiva de ganhar a voz, escrever e recuperar nossa *história escondida*. É por isso que gosto tanto dele.

A ideia de que se *tem* de escrever, quase como uma obrigação moral, incorpora a crença de que a história pode “ser interrompida, apropriada e transformada através da prática artística e literária” (hooks, 1990, p. 152). Escrever este livro foi, de fato, uma forma de transformar, pois aqui eu não sou a “Outra”, mas sim eu própria. Não sou o *objeto*, mas o *sujeito*. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. O poema ilustra o ato da escrita como um ato de *tornar-se*<sup>2</sup> e, enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a

autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou.

bell hooks usa estes dois conceitos de “*sujeito*” e “*objeto*” argumentando que *sujeitos* são aqueles que “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (hooks, 1989, p. 42). Como *objetos*, no entanto, nossa realidade é definida por outros, nossas identidades são criadas por outros, e nossa “história designada somente de maneiras que definem (nossa) relação com aqueles que são *sujeitos*.” (hooks, 1989, p. 42). Essa passagem de *objeto* a *sujeito* é o que marca a escrita como um ato político. Além disso, escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimada/o e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada. Este livro representa esse desejo duplo: o de se opor àquele lugar de “Outridade” e o de inventar a nós mesmos de (modo) novo. Oposição e reinvenção tornam-se então dois processos complementares, pois a oposição por si só não basta. Não se pode simplesmente se opor ao racismo, já que no espaço vazio, após alguém ter se oposto e resistido, “ainda há a necessidade de tornar-se – de fazer-se (de) novo”. (hooks, 1990, p. 15) Em outras palavras, ainda há a necessidade de *tornar-mo-nos* sujeitos.

Este livro pode ser entendido como uma forma de “*tornar-me sujeito*” porque nesses escritos procuro exprimir a realidade psicológica do racismo cotidiano como me foi dito por mulheres *negras*, baseada em nossos relatos subjetivos, auto-percepções e narrativas biográficas – na forma de episódios. Aqui, *nós* estamos falando “em nosso próprio nome” (Hall, 1990, p. 222) e sobre *nossa* própria realidade, a partir de nossa perspectiva que tem, como no último verso do poema, sido *calada por muito tempo*. Esse verso descreve como o processo de escrever é tanto uma questão relativa



ao passado quanto ao presente, e é por isso que começo este livro lembrando do passado a fim de entender o presente, e crio um diálogo constante entre ambos, já que o racismo cotidiano incorpora uma cronologia que é atemporal.

*Memórias da Plantação*<sup>3</sup> examina a atemporalidade do racismo cotidiano. A combinação dessas duas palavras, “*plantação*” e “*memórias*”, descreve o racismo cotidiano não apenas como a reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada. É um choque violento que de repente coloca o *sujeito negro* em uma cena colonial na qual, como no cenário de uma *plantação*, ele é aprisionado como a/o “*Outra/o*” subordinado e exótico. De repente, o passado vem a coincidir com o presente, e o presente é vivenciado como se o *sujeito negro* estivesse naquele passado agonizante, como o título do livro anuncia.

O Capítulo 1, *A Máscara: Colonialismo, Memória, Trauma e Descolonização*, começa com a descrição de um instrumento colonial, a máscara, como um símbolo das políticas coloniais e de medidas *brancas* sádicas para silenciar a voz do *sujeito negro* durante a escravização: Por que a boca do *sujeito negro* deve ser amarrada? E o que o *sujeito branco* teria de ouvir? Esse capítulo aborda não apenas questões relacionadas à memória, ao trauma e à fala, mas também à construção da *negritude* como “*Outra*”.

O Capítulo 2, *Quem Pode Falar?: Falando no Centro, Descolonizando o Conhecimento*, discute questões similares no contexto acadêmico ou de erudição, em geral: Quem pode falar? Quem pode produzir conhecimento? E o conhecimento de quem é reconhecido como tal? Neste capítulo, examino o colonialismo na academia e a descolonização do conhecimento. Em outras palavras, estou preocupada aqui com a autoridade racial e com a produção de conhecimento: O que acontece quando nós falamos no centro?